

Açorianos são dos maiores consumidores de canábis do país

Os açorianos são dos maiores consumidores de canábis do país, segundo o relatório elaborado pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD) e realizado em 2016/17.

De acordo com a publicação, o Norte, o Centro, Lisboa e os Açores são as regiões com mais registo de consumo, enquanto o Alentejo se apresenta na ponta oposta.

O relatório diz ainda que um em cada dez portugueses já consumiu canábis pelo menos uma vez na vida, sendo que quase meio milhão consome esta droga ao longo da vida.

Esta proporção tem registado uma tendência para aumentar, sobretudo entre os portugueses que têm hoje entre 25 e 44 anos, refere ainda o inquérito nacional de consumo de substâncias psicoactivas na população em geral.

A legalização da canábis para uso recreativo vai estar em debate por estes dias no Parlamento, na sequência da apresentação de projectos de lei do BE e do PAN, cuja grande diferença é o local onde defendem que o produto deve ser vendido: farmácias ou estabelecimentos licenciados.

A canábis é a droga que os jovens começam a consumir mais cedo, com a média de idade a situar-se nos 17 anos, mas, ao contrário dos adultos entre os 25 a 44 anos, os mais jovens - entre os 15 e os 24 anos - têm mostrado uma diminuição do consumo.

A canábis com fins recreativos é usada regularmente por cerca de meio milhão de portugueses, sendo que dois terços dos consumidores a usam quatro ou mais vezes por semana, segundo o inquérito nacional.



Esta frequência de consumo é referida no relatório do SICAD como intensiva e está a aumentar.

Embora continue a ser mais consumida por homens, a canábis tem-se generalizado e tem registado um aumento de consumidoras femininas, além de um aumento do consumo em geral.

De acordo com os resultados do estudo, não só há mais pessoas a consumir como há mais consumo diário ou quase diário.

Nos últimos 12 meses de 2017, mais de três quintos dos consumidores tiveram consumos diários, ou quase.

De acordo com o teste Cannabis Abuse Screening (usado como fonte no relatório do SICAD), 15% dos consumidores que usaram esta droga recentemente têm consumos de risco elevado ou moderado, sobretudo nos

homens com idades entre os 15 e os 44 anos.

O relatório aponta também para um agravamento da dependência do consumo de canábis na população, apesar de não se verificar um agravamento das proporções de dependência entre os consumidores recentes, o que, avança o SICAD, “estará relacionado com o aumento do número de consumidores que não apresenta (ainda) estes sintomas”.

O agravamento é notado especialmente entre as mulheres de 25 a 44 anos.

O SICAD refere também que “os estudos realizados nos últimos 20 anos evidenciaram sempre prevalências de consumo de canábis bem mais elevadas do que as das outras drogas”.

Apesar de haver oscilações no tempo, “constatou-se que, no final

da primeira década do milénio, as prevalências de consumo de canábis eram muito semelhantes às do início do milénio”.

Apesar de o consumo recreativo de canábis ainda não ser legal, os portugueses acham que é relativamente fácil ter acesso a esta droga.

Em 2014, de acordo com os resultados do estudo Flash Eurobarometer - Youth Attitudes (usado como fonte no último relatório publicado pelo SICAD), quase metade dos portugueses consideravam relativamente fácil ou muito fácil aceder a canábis num espaço de 24 horas, se desejado.

Ainda assim, esta média é inferior à europeia, onde a proporção de jovens que achavam a oferta fácil de aceder chegava aos 58%.

O inquérito nacional de consumo dava conta que, entre a população portuguesa, a canábis é vista como a droga mais fácil de aceder, com 61% a considerarem fácil ou muito fácil terem acesso à substância em 24 horas.

O consumo de canábis foi descriminalizado em 2001, tendo as sanções penais sido substituídas por contraordenações.

A posse de determinadas quantidades desta droga ainda é, no entanto, punida, já que pode ser considerada como tráfico. O consumo (descriminalizado) limita a posse a 25 gramas de marijuana, 10 gramas de haxixe e 2,5 gramas de óleo de canábis.

Segundo o SICAD, a maioria das contraordenações por consumo de drogas é relacionada com a canábis (86%), tendo ultrapassado em 2016 - ano em que o número de contraordenações foi mais elevado desde 2001 - as 9.200

Governo Regional diz-se “disponível” para “assumir responsabilidades” nas evacuações aéreas

A Secretaria Regional da Saúde, no seguimento de notícias veiculadas pela Comunicação Social, nomeadamente na nossa edição de ontem, relativas ao transporte emergente de doentes pela Força Aérea Portuguesa entre os Açores e o continente, emitiu ontem o seguinte esclarecimento:

“1. As evacuações realizadas pela Força Aérea Portuguesa no território da Região Autónoma dos Açores são enquadradas por um protocolo celebrado em 2009 por esta entidade e o Governo Regional, que prevê e assegura a assistência no Serviço Regional de Saúde aos militares da Força

Aérea Portuguesa no ativo, na reserva e reformados, e respetivos agregados familiares, bem como a passageiros de aeronaves que, por terem sido acometidos por doença súbita, venham a aterrar na Base Aérea n.º 4, a título gratuito, exactamente nos mesmos termos e condições dos demais Açorianos beneficiários do Serviço Regional de Saúde.

2. O Governo do Açores, uma vez mais, reafirma a sua disponibilidade para a assunção das responsabilidades que lhe são inerentes em matéria do transporte aéreo emergente para fora da Região, uma vez definido o

formato para a sua concretização, que, tal como afirmado pelo Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, está a ser alvo de apreciação no âmbito do princípio da reciprocidade financeira entre a Região e a República, tal como já ocorre no âmbito das evacuações aero-médicas realizadas no território da Região Autónoma dos Açores.

3. Cumpre sublinhar que a superação da situação se encontra já em análise conjunta pela Região e pela República, principais entidades interessadas na sua resolução, havendo uma garantia por parte da Força

Aérea Portuguesa de manutenção da importante atividade desenvolvida na Região de evacuações aéreas para o território continental, nos termos do protocolo assinado em 2009, ou outros que venham a ser acordados”.

Recorde-se que a notícia em referência tem a ver com declarações do Chefe de Estado Maior da Força Aérea Portuguesa, General Manuel Teixeira Rolo, que no parlamento disse que o Governo Regional dos Açores está em falta no pagamento das evacuações aeromédicas entre a região e o continente, estando em estudo o respectivo formato.